



PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

Cleilton Sampaio de Farias¹
Elverence Vieira da Silva²
José Julio César N. Araújo³
Maria E. Sampaio de Farias⁴

RESUMO: Este artigo busca entender a crise do capitalismo que se alastrou pelas economias mundiais neste início de século XXI, levando em consideração suas características que se assemelham com as crises do capitalismo do século XX. No decorrer do texto, faremos uma exposição dos motivos que levaram ao desencadeamento da crise nas décadas de 30 e 70 do século XX, respectivamente. No nosso entendimento, com base na teoria marxista, deflagra-se a crise econômica no momento em que o declínio da taxa de lucro não mais pode ser freado com as taxas de mais-valia prevalentes. Vigorando forças intrínsecas que tendem a elevar a composição orgânica do capital, finalizando para a tendência decrescente da taxa de lucro. Em outras palavras, será através da abordagem das crises, de suas prováveis causas, consequências e ações para combatê-la, que procuraremos subsídios para entender a crise atual – 2008.

PALAVRAS CHAVE: Estado, Crise, Capitalismo

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde o ano 2000, vários autores têm mostrado uma possível retração do PIB americano, o aumento do seu endividamento mundial e os déficits de suas contas correntes. Bancos e multinacionais e o próprio governo são acusados de maquiar os seus balanços para preservar seus investidores mostrando uma liquidez em suas contas.

Entendemos que, “crise” é um momento próprio do sistema capitalista, do deslocamento de capitais, que ao se desenvolver em busca da ampliação da capacidade lucrativa, ora evolui em ascensão e expansão, e em outros tempos retroage, com forte recessão, contração e crise, às vezes em certa frequência ou em ciclos. Isso ocorre porque a acumulação capitalista não ocorre de forma contínua e uniforme (OHLWEILER, 1988, p. 111).

¹ Mestrando em desenvolvimento regional/UFAC. E-mail: cleilton.sampaio@ac.gov.br

² Mestranda em desenvolvimento regional/UFAC. E-mail: elverence@yahoo.com.br

³ Mestrando em desenvolvimento regional/UFAC. E-mail: amadeus13julio@gmail.com

⁴ MBA em Gestão de Pessoas nas Organizações/UNINORTE: mariafarias.sampaio@hotmail.com

Cleilton Sampaio de Farias
 Elverenice Vieira da Silva
 José Julio César N. Araújo
 Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

Assim, a ocorrência de crises dentro da perspectiva cíclica, em expansão ou recessão, pode ser considerada como uma normalidade do próprio desenvolvimento capitalista. Tendo em vista que, “as crises são o resultado de dificuldades temporárias no processo de valorização do capital, que fazem declinar a taxa de lucro a níveis considerados insatisfatórios do ponto de vista da rentabilidade normal do capital”. (OHLWEILER, 1988, p. 112).

De acordo com a teoria marxista, formulada na concepção de Ohlweiler (1988, p. 118), deflagra-se a crise econômica no momento em que o declínio da taxa de lucro não mais pode ser freado com as taxas de mais-valia prevalecentes. Vigorando forças intrínsecas que tendem a elevar a composição orgânica do capital, finalizando para a tendência decrescente da taxa de lucro, em outras palavras:

A teoria marxista das crises parte da postulação de que, no processo de valorização do capital, vigoram forças intrínsecas que tendem a elevar a composição orgânica do capital. A acumulação capitalista conduz a elevação da composição orgânica do capital como um fenômeno tendencial determinado pela resistência da classe operária, pela concorrência intercapitalista e pelo desenvolvimento das forças produtivas. A elevação da composição orgânica do capital faz declinar a taxa de lucro, a menos que, paralelamente, a taxa de mais-valia possa ser incrementada numa proporção que contrabalance o efeito da elevação da composição orgânica do capital. Em outras palavras, a taxa de lucro declina, efetivamente, sempre que, havendo uma elevação da composição orgânica do capital, não ocorra incremento da taxa de mais-valia ou incremento havido não suficiente para compensar o efeito da elevação da composição orgânica do capital. [...] (OHLWEILER, 1988, p. 117).

A própria composição orgânica do capital, na corrida para a ampliação do lucro, tende a aumentar e a provocar uma tendência ao descenso da taxa de lucro, “porque o ‘trabalho vivo’, *única fonte de valor*, tende a ser substituído pelo ‘trabalho morto’, que somente transmite às mercadorias a mesma quantidade de valor já incorporada aos meios de produção” [...] (CASTELLS, 1979, p. 27, grifo do autor).

É notável a ocorrência de crises no decorrer da história de expansão mundial do capitalismo. Contudo, são crises com proporções, amplitudes e durações variáveis, que ora se apresentam local, regional ou planetariamente, envolvendo a maioria dos países capitalistas.

A crise financeira atual é uma crise do capitalismo. É também uma crise de superprodução do capital, aliada a outras crises econômicas. Mas, para entendermos os aspectos que compõem a crise atual é preciso retroceder para apontar alguns acontecimentos que marcaram o início do século XXI. Além desses

Cleilton Sampaio de Farias
 Elverence Vieira da Silva
 José Julio César N. Araújo
 Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

acontecimentos, faz-se necessário uma análise sobre a ligação desta com outras crises do capitalismo (1929-1973).

Palácio, Lara e Mora (2008) destacam que dentre os principais acontecimentos que marcaram o início do século estão: a consolidação da União Européia, o lançamento do Euro, a ascensão da china como economia de maior crescimento no planeta e a queda das torres gêmeas de Nova York. A crise estaria ligada a todos estes acontecimentos. Mas, também, a fortes condicionantes econômicos e produtivos.

Si atendemos al comportamiento del ciclo económico, podemos observar que entre fines de 2000 a mediados del año siguiente la economía mundial cayó en crisis y de manera súbita entró en la fase de estancamiento para fines de ese año. Esta rapidez se debe al fuerte impacto que causaron los atentados de septiembre de 2001. El estancamiento se mantiene durante 2002 y entre 2003 y 2005 nos encontramos en un periodo de reanimación y prosperidad, para presentarse el auge durante 2006. y de novo se precipitará la crisis en 2007 (p.60).

Pressionada pela concorrência européia, asiática e dos emergentes, a economia americana não tem demonstrado recuperação. A derrubada dos juros para 1,75% ao ano, não provocou os efeitos esperados nos investidores. As mega-empresas americanas, mesmo com lucros em outros mercados, amargam prejuízos e perdas constantes no valor dos seus títulos na bolsa. Segundo Salazar (2007, p. 139) as empresas americanas perderam na Bolsa três bilhões e duzentos milhões de dólares em 2002. Isso representa 1/3 do PIB americano de três trilhões e cento e setenta bilhões de dólares.

Mesmo com a emergência destas crises econômicas, o governo Bush, iniciou uma corrida bélica contra o “eixo do mal” (Iraque, Afeganistão) para tentar impulsionar a indústria bélica, forçar uma economia de guerra e motivar os setores industriais da economia. O tiro não acertou o inimigo, um problema para o EUA e para o mundo.

A forte atividade especulativa da economia americana provocou o colapso das bolsas e também a quebra de muitas empresas tecnológicas (principalmente as *pontocom*). Além disso, a financeirização dos títulos americanos afetou também ações dos bancos e os títulos imobiliários. Para muitos teóricos da crise, o liberalismo das leis aprovadas a partir de 1998, as baixas taxas de juros (1,51% a.n em média), levou os bancos a multiplicarem suas operações, para converter dívidas (hipotecas) em títulos inflados no mercado financeiro, que posteriormente vendiam a outras entidades financeiras. Estas, por sua vez, assumiram mais dívidas para comprar mais títulos, revalorizados entre 50% a 350% do seu valor real.

O que vemos hoje são reflexos destas ações especulativas que atingiram o mundo todo, dada a globalização das empresas e da financeirização da economia

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

mundial. Mas, para compreender a atual crise do capitalismo é preciso, talvez, buscar elementos em outras crises do sistema que abalaram o mundo.

1. A CRISE MUNDIAL DOS ANOS 30 DO SÉCULO XX E SUAS SEMELHANÇAS COM A CRISE MUNDIAL DE 2008

A profundidade da crise financeira e produtiva que vivemos hoje possui semelhanças com a crise geral do capitalismo que foi apresentada nos anos de 1929-33. Partimos de uma análise sobre as principais características do craque da bolsa de valores de Nova Iorque e, da conseqüente crise geral do capitalismo nos anos 30 do século XX, para levantarmos subsídio à compreensão da crise atual - 2008.

1.1. A CRISE DE 1929-1933: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No dia 24 de outubro de 1929, o mercado de ações desabou em Nova York, mas nem tudo começou naquela fatídica data. Pode-se constatar alguns sinais e antecedentes rondando a Europa: dois anos antes houve baixa no mercado de valores da Alemanha; em 1928 também Inglaterra passou pela baixa e em Fevereiro de 1929 foi a vez da França. O que indica que as mesmas causas que levaram ao colapso financeiro nos E.U.A, também estavam presentes na Europa, semelhante ao que ocorre agora, onde a especulação financeira nos Estados Unidos figurou a principal causa da “quebra” da bolsa em Nova York, e rapidamente se espalhou para economias em geral. Ohlweiler (1988, p. 136), analisando a crise, explica que:

A característica da etapa inicial da crise financeira seria uma euforia geral dos negócios. Os capitalistas, estimulados pelos resultados favoráveis precedentes, lançavam-se em busca de resultados ainda melhores no futuro imediato acelerando seus projetos de novos investimentos, enquanto disponham de reservas monetárias ou possam para tanto recorrer ao crédito. Nesta etapa eufórica, o crédito permite a manutenção ou mesmo o aumento dos gastos sociais, quando já se cumprem as proporções entre os dois setores produtivos, necessário para que as dívidas finais possam ser liquidadas. É daí que derivam as manifestações de euforia dos negócios, que, assim, degeneram em desenfreado surto especulativo. Então, uma parte substancial dos recursos monetários disponíveis abandonam o setor produtivo e são canalizados para a especulação com títulos. Em conseqüência, a circulação financeira começa a se autonomizar, atraindo sempre mais capitais monetários, com o que se retrai, correlatamente, o dinheiro disponível para financiar a produção. A evolução da cotização dos títulos-valores no mercado financeiro, deslocando-se de toda relação com a valorização dos capitais produtivos, dá

Cleilton Sampaio de Farias
 Elverenice Vieira da Silva
 José Julio César N. Araújo
 Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

margem a lucros e perdas simplesmente especulativos, enquanto os intermediários financeiros promovem fusões e, ao mesmo tempo, multiplicam as sociedades fictícias. (OHLWEILER, 1988, p. 136).

É através dessa constatação, do desenvolvimento do capital fictício com forte influência na produção, que olhamos para a formação da grande depressão, tendo em vista que na bolsa de Wall Street em Nova York a especulação foi o principal motor da sua falência.

“A quebra aconteceu porque havia uma diferença cada vez maior entre os preços das mercadorias e produtos comercializados no mercado, e os preços das ações das companhias e empresas produtoras” (ARBEX JÚNIOR, 1993, p. 23). Assim, os preços reais das mercadorias podiam até cair, mas os das ações, no entanto, eram negociados a valores artificialmente mantidos, pelo jogo especulativo, dando a impressão que qualquer boato poderia interferir no valor das ações.

Os princípios do movimento econômico determinantes para a ocorrência do craque da Wall Street, já era percebido anteriormente a 1929, particularmente desde 1925, quando este caráter especulativo acentuou-se, influenciado pelas facilidades e características do setor bancário estadunidense.

[...] Criou-se, na época, um sem número de sociedades de poupança e investimento; o valor nominal dos ativos dessas sociedades pulou de 100 milhões para 1.800 milhões de dólares entre 1924 e 1929. A circulação financeira se autonomizou a tal ponto que desapareceu qualquer tipo de relação com a valorização do capital produtivo. O índice Dow-Jones das ações cotizadas na bolsa de Nova Iorque duplicou entre começos de 1927 e início de 1929; depois, ainda aumentou mais de 50% nos oito primeiros meses de 1929. O crédito bancário que suportava a compra-e-venda de títulos-valores, elevou-se 2.500 milhões de dólares em janeiro de 1929 a 7.800 milhões em outubro de 1929. Esse endividamento a muito curto prazo engendrou tipos de juros que passaram de 5 a 20%, juros esses que somente podiam ser pagos por especuladores que operassem com lucros de capital superiores a 100%. A elevação dos tipos de juros, atraindo a esta modalidade de crédito a generalidade dos agentes econômicos que dispunham de recursos monetários, levantou uma verdadeira andaimaria internacional de dívidas a curto prazo no ano de 1929 (OHLWEILER, 1988, p. 136).

Dois fatores foram acrescentados a esta lógica do ganho fácil e rápido: a inflação da época e a existência de numerosas "companhias de carter", com grandes quantidades de ações e que foram reproduzidos através de um aumento em seus valores de cotações (PALACIO; LARA; MORA, 2008, p. 48).

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

Com a diminuição das exportações para a Europa, as indústrias norte-americanas começaram a aumentar os estoques de produtos, pois já não conseguiam mais vender como antes. Grande parte destas empresas possuía ações na Bolsa de Valores de Nova York e milhões de norte-americanos tinham investimentos nestas ações. O efeito foi devastador, pois as ações desvalorizaram fortemente em poucos dias.

Além disso, a classe operária não era ainda suficientemente efetiva para oferecer um mercado à indústria de bens de consumo, que se encontrava em rápido desenvolvimento. E os novos profissionais representavam ainda um mercado muito reduzido. Dessa forma, a crise de 1929 foi fundamentalmente uma crise de realização [...]. (CASTELLS, 1979, p. 59).

O quadro especulativo que levou à construção artificial de enormes montantes de capital fictício eclodiu no final de outubro de 1929, levando especuladores individuais, bancos de investimento e as empresas a assistirem a súbita queda no valor das suas ações. O craque do sistema financeiro apareceu sobre a produção, agravando a crise e, em seguida, paralisou o investimento, gerando deflação, queda na produção, a acumulação de estoques e o desemprego em massa.

A crise dos anos 30 do século XX afetou também o Brasil, tendo em vista que os Estados Unidos eram o maior comprador do café brasileiro. Com a crise, a importação deste produto diminuiu muito e os preços do café brasileiro caíram. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café. Desta forma, diminuiu a oferta, conseguindo manter o preço do principal produto brasileiro da época.

A crise começa no Brasil em meados de 1928 como resultado da redução drástica da entrada de capitais, atraídos pela maior expectativa de ganho associado ao boom do mercado de ações de Wall Street. [...]. A situação do café é ainda agravada pela ocorrência da super safra de 1929: antes mesmo da quinta feira negra em Wall Street, a impossibilidade de captar novos empréstimos externos já havia silenciado, sem munição, os corretores do Instituto do Café de São Paulo na bolsa de Santos – iniciando-se a vertiginosa queda dos preços do café no mercado internacional [...]. (ABREU; FRITSCH, 1983, p. 28).

O impacto desse colapso na economia cafeeira foi influenciado ainda mais pela contração da demanda, que estava associada à queda do nível de atividade nos mercados consumidores de produtos brasileiros, reduzindo drasticamente os recursos obtidos da exportação.

1.2. AÇÕES PARA COMBATER E CONTER A CRISE DE 1929

Cleilton Sampaio de Farias
 Elverence Vieira da Silva
 José Julio César N. Araújo
 Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

No decorrer da década de 30, foram implantadas duas grandes transformações: o estabelecimento de convênios coletivos salariais e a reforma do sistema monetário e dos intermediários financeiros, por duas leis básicas de reforma: o *Securities Exchange Act* (1934), que regulamentou a circulação financeira; e o *Banking Act*, ampliando os poderes do *Federal Reserve Board* (1935). Na segunda metade dos anos 30, procedeu-se uma transformação da organização do trabalho, mais propriamente que uma expansão da capacidade produtiva, como os modelos: Fordista e Tayloristas⁵. (OHLWEILER, 1988, p. 141).

Outro fato, extremamente, importante foi a intervenção estatal na economia através de meios regulatórios, preconizados por Keynes em sua obra *Teoria Geral* publicada em 1936. “[...] De fato, essas políticas de tipo Keynesianas, sustentadas ideologicamente pelas doutrinas do “bem-estar social” e da “democracia social” contribuíram para conter a luta dos trabalhadores [...]”. (OHLWEILER, 1988, p. 142).

[...] Foi-se tornando cada vez mais claro que a articulação do poder do Estado com as estruturas monopolistas podia se constituir num instrumento necessário, não só para manter os assalariados submetidos aos fins do capital, mas também para, até certo ponto, opor-se à anarquia da produção e, ainda, para subordinar o interesse de cada capitalista aos “interesses gerais” do capital, vistos, é evidente, sob a ótica das oligarquias financeiras hegemônicas. *Explícita-se, assim, o sujeito da regulação capitalista: os bancos, como cerne do capital financeiro resultante da fusão do capital industrial e do capital bancário, e o Estado do capitalismo organizado.* (OHLWEILER, 1988, p. 142, grifo nosso).

A solução mais eficaz para a crise, no nosso entendimento, foram as ações propostas pelo governo de Franklin Delano Roosevelt, tendo sido colocado em prática o plano conhecido como New Deal. De acordo com o plano econômico, o governo norte-americano passou a controlar os preços e a produção das indústrias e das fazendas. Com isto, conseguiu controlar a inflação e evitar a formação de estoques. Fez parte do plano também o grande investimento em obras públicas (estradas, aeroportos, ferrovias, energia elétrica etc.), conseguindo diminuir significativamente o desemprego.

Assim, Roosevelt, em 1933, assumiu riscos políticos, abandonou o padrão ouro e com isso começou a recuperação dos preços agrícolas. Formulou uma regulação para os bancos, separando bancos comerciais e de investimentos, deu ao FED poder para regular taxas de juros nas instituições de poupança, dispositivos

⁵ Sobre o método Taylorista e Fordista, consultar: FARIAS. C, S. Globalização, Pontos e Contrapontos. *Revista Uáquiri*. UFAC, nº 09, 2008.

Cleilton Sampaio de Farias
 Elverenice Vieira da Silva
 José Julio César N. Araújo
 Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

previstos na Lei Glass-Steagall. Em 1934, foi criada a SEC (Securities and Exchange Commission), uma CVM americana (PRADO, 2009).

O processo de saída da Grande Depressão foi turbulento e demorado. O uso do gasto público para estimular a economia foi controverso e sofreu reveses e somente mostrou total eficácia já no esforço de guerra. O segundo termo de Roosevelt já contava com keynesianos e seus instrumentos de intervenção econômica, com fundamentação teórica e observação empírica. O modelo de desenvolvimento que resultou deste período foi uma colisão de gastos sociais e militarismo. Em resumo, o gasto público passa a ser central como instrumento de estímulo ao desenvolvimento econômico e social. (PRADO, 2009).

Diante dessas memórias, acreditamos que o filme se repete. Vivemos mais uma crise no capitalismo, e que assim, como a dos anos 30 do século XX, não é apenas uma crise financeira, mas, uma crise estrutural de superprodução de mercadorias, e suas implicações encontram-se além do sistema financeiro, sobre setores estratégicos do capital internacional: a indústria armamentista, a alimentícia, o petróleo, a água, a informática e as telecomunicações.

No entanto, não é o fim do capitalismo, nem tão pouco dos países envolvidos, ou da hegemonia norte americana, essa crise vai passar e nem tudo vai mudar na geopolítica do mundo, pois,

Desordem, crise e guerra não são, necessariamente, um anúncio do 'fim' ou do 'colapso' dos países e das economias envolvidas. E neste início do século XXI, em particular, [...] essas crises e guerras não são um sintoma do fim do poder americano. Pelo contrário, fazem parte de uma transformação de longo prazo, que está aumentando a 'pressão competitiva' dentro do sistema mundo e provocando uma nova 'corrida imperialista' entre as grandes potências, com a participação decisiva dos Estados Unidos, da China e da própria Rússia, que retorna ao sistema depois de uma década de derrota, crise e reestruturação. (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008, p. 08).

Diante da crise constatamos um resgate da intervenção estatal na economia. O Estado ressurgiu com a sua política reformadora de regulação econômica. Presenciamos, atualmente, uma forte participação do Estado como agente pacificador desta crise econômica e isso, nos leva a encontrar elementos comparativos com a crise de 1929.

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

2. A CRISE ECONÔMICA DO MODELO FORDISTA DE 1971-1973

A crise no sistema capitalista de 1971-1973 configura uma mudança importante no modo de reprodução do capital, da qual podemos destacar os elementos fundamentais que caracterizam um novo modo de regulação que perpassa todo o processo produtivo – que vai da fábrica ao comportamento mundial da sociedade frente a esta nova fase de acumulação do capitalismo. À luz desse pensamento Harvey aponta:

Um sistema particular de acumulação pode existir porque “seu esquema de reprodução é coerente”. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem haver, portanto, “uma materialização do regime de acumulação, que toma forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a coerência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução (HARVEY, 1992, p. 117).

Após a Segunda Guerra Mundial, a economia se expandiu em ritmo acelerado durante um longo período, caracterizado por um modelo de produção baseado no fordismo, no qual prevaleceu uma forte automação, com uma produção em larga escala, a adoção de estoques de mercadorias, a transformação na divisão social do trabalho no chão da fábrica e numa forte intervenção do Estado, como forma de garantir um equilíbrio na relação capital-trabalho.

Esse modo de regulação fordista encontrou respaldo na ideologia keynesiana do “estado de bem-estar social”, que tentava aliar desenvolvimento econômico, com melhores condições de vida dos trabalhadores.

O período de expansão do capitalismo nos remete a fatores de reconstrução econômica dos países europeus e do Japão, após a devastação que lhes causou a Segunda Guerra Mundial, estes são reerguidos economicamente pelo sistema capitalista.

[...] la economía norteamericana era la principal fuente de exportación de mercancías y de capitales; y el desarrollo de la automatización de los procesos de trabajo llevada a su máxima expansión con el fordismo, que se propagó a escala mundial en las principales ramas económicas y corporaciones multinacionales. La fase expansiva del ciclo de larga duración llegó a su punto máximo en la segunda mitad de la década de los sesenta del siglo XX (PALACIO; LARA; MORA, 2008, p. 52).

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

O regime de acumulação fordista começa a apresentar sinais de crise, ainda na década de 1960, com o decréscimo da produção na França em 1963-1964 e também na Alemanha em 1967. Porém, a economia dos Estados Unidos retardou em apresentar esses sinais, por causa da guerra que promoveu no Vietnã.

Embora, a guerra do Vietnã tenha retardado o processo de recessão na economia dos Estados Unidos, em 1971, a crise monetária começa a expressar os problemas estruturais desse modo de regulamentação, com a desvalorização do dólar como moeda reserva e a revalorização de algumas moedas, como o iene japonês. Associada a crise do petróleo em 1973, podemos dizer então, que estes foram alguns aspectos que marcam uma crise geral no modelo de produção fordista.

A crise da década de 1970 provocou fortes mudanças em todos os âmbitos da sociedade, característica de uma crise de superprodução (contrário ao que acontecia na Europa e no Japão, que buscavam novas formas de produção baseada em incrementos tecnológicos), com a inflação causada pela desregulação do sistema financeiro. Podemos observar um aumento do desemprego e o conseqüente empobrecimento das classes trabalhadoras, diminuindo significativamente o seu poder aquisitivo (PALACIO; LARA; MORA, 2008, p. 54).

Os aspectos da crise modificaram notadamente o sistema de reprodução. O fordismo era um modelo rígido, fechado, com a intervenção direta do Estado na manutenção organizacional do processo produtivo do trabalho, do mercado entre outros. O período de 1965 a 1973 provocou uma nova onda de acumulação, o que Harvey denomina de acumulação flexível (Toyotismo), baseada nos princípios do neoliberalismo, com intervenção mínima do Estado. Destacando-se um novo momento do processo histórico de evolução do capitalismo.

Ao mesmo tempo, as corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição. Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, de reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1992, p.137).

A crise de 1971-73 marca um novo modo de produção mais flexível com a utilização do sistema informático, que surge enquanto uma ferramenta fundamental desse novo momento de mudanças na regulamentação do capital. A

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

informática inserida no processo de produção dá início ao que Santos (2003) denomina de meio técnico científico-informacional, com a contração do espaço-tempo, por uma lógica do sistema interligado através das redes, que fazem circular informações, capital e marca um novo processo relacional no trabalho. O que exige novas habilidades do trabalhador e também na relação do mercado com o Estado, que agora representa um entrave no processo de autorregulação dos mercados produtivos.

2.1. A CRISE ATUAL E AS CONTRADIÇÕES DO MODELO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

As transformações ocorridas na base do sistema econômico capitalista na transição do fordismo para o toyotismo apresentam mudanças de ordem estrutural no processo produtivo. Mas, no âmbito do Estado estas também representam aspectos de profundas transformações.

Nesta onda de recessão econômica surge um novo olhar voltado para o papel do Estado, que se vê obrigado a planejar intervenções no sistema econômico, como forma de evitar um colapso da economia. Setores como os bancos e as grandes corporações industriais são levados a buscar junto ao Estado uma forma de recuperar suas economias.

Neste sentido, somos levados a pensar que o modo de produção capitalista, diante da atual crise econômica, recorre novamente ao Estado. Porém, a condição de desenvolvimento econômico atual não permite o mesmo grau de intervenção que caracterizou o período de acumulação fordista.

Algumas perspectivas comparam a evolução desse processo de crise atual com outros processos de recessão que atingiram o mundo, como a crise de 1929 e a própria crise de 1973. Ambas, despontaram para um novo modo de regulamentação, criando mercados inteiramente novos e novas relações de trabalho e do poder estatal.

3. A CRISE DE 1998 NO BRASIL

Em 1999, depois da crise já ter afetado países como o México, Tailândia e Coréia do Sul, tivemos uma grande crise monetária escondida pelos véus das cortinas de Brasília e mal orquestrada pelo Banco Central. Resta- nos entender: como se deu esse processo? Como o país saiu da crise em 1999?

O momento em que a crise estoura nos países emergentes é um momento de ajuste financeiro no Brasil. Em 1994, o governo brasileiro havia lançado o Real (R\$) equiparado ao dólar americano. Neste período, o país vive um momento razoável na economia com a diminuição dos índices de inflação. Porém, havia um entrave para a solidez do mercado financeiro. Era preciso corrigir os desequilíbrios da contas públicas e do setor externo (aumentada principalmente pelo Déficit em

Cleilton Sampaio de Farias
 Elverenice Vieira da Silva
 José Julio César N. Araújo
 Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

conta correte/PIB). Assim, mesmo com a crise estourando próximo ao Brasil, a campanha do governo era para tentar diferenciar os países em crise do nosso.

A crise mundial se alastrava no México que desvalorizou sua moeda em 50% e as consequências foram desastrosas para o mundo todo. A Coréia do Sul teve que fazer o mesmo em 1997, levando consigo a Malásia, Tailândia e Indonésia, que tinham dívidas externas bancárias que ultrapassavam 243%. A crise dos tigres asiáticos levou o mercado ao caos.

Percebe-se que a crise era grave e seus efeitos estourariam em 1997. Porém, este era no Brasil um ano pré- eleitoral, e o governo FHC tentou esconder a crise de qualquer forma. Conseguiu adiá-la, graças ao intenso fluxo de capitais provenientes das privatizações. Bacha e Welch (1997) estimavam que:

O potencial de privatização era de US\$ 56 bilhões para o período 1997/1999. Se dois terços desses recursos tivessem origem externa – o que era uma perspectiva realista –, ter-se-ia um fluxo anual da ordem de US\$ 12 bilhões, suficiente para financiar, per se, mais de um terço do déficit em conta corrente esperado para 1997, superior a US\$ 30 bilhões (BACHA E WELCH, 1997 p.45).

Isso dava condições de fechamento para as contas públicas. Mas, em 1998 em pleno período eleitoral a crise estouraria de forma meteórica. Este fato se assevera porque a Rússia entra em crise. O que provoca uma queda de 17% no preço dos produtos semimanufaturados e de exportação e o fechamento dos mercados externo e das linhas de crédito para os países emergentes (GIAMBIAGI 1999, p.10).

Isso agravou tanto a crise, que perdemos parte de nossas reservas das privatizações. As mudanças foram tão rápidas que em poucas semanas a cotação do dólar norte-americano saltou de 1,20 no início de janeiro para cerca de 2,20 no início de março. Giambiagi (1999) enfoca que:

Na primeira semana de agosto, logo após a liquidação financeira do pagamento da primeira parcela da Telebrás, as reservas internacionais tinham chegado a quase US\$ 75 bilhões. Em apenas 50 dias, porém, até o final de setembro – no que veio a ser conhecido como “setembro negro” –, o Brasil perdeu US\$ 30 bilhões de reservas (GIAMBIAGI 1999, p.11).

As perdas se acentuavam, o jeito encontrado pelo governo foi um “golpe na sangria” que não surtiu efeitos. Porém, não houve remédio. O governo teve que admitir um acordo com o FMI. Tal acordo era necessário para equilibrar a balança comercial.

O acordo dá condições para que as contas públicas se organizem. Mas, as idealísticas metas do FMI eram impossíveis de serem cumpridas pelas políticas do governo FHC sem colocar em risco sua aceitabilidade política e a solidez do Plano

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

Real. O que leva o governo a negociar em Março de 1999, uma revisão no acordo. Porém, o novo acordo do Governo brasileiro com o FMI não difere substancialmente do primeiro, na medida em que é mantida a "cláusula pétrea" de manutenção das aberturas comercial, financeira e cambial. O resultado é que não se elimina a causa básica da vulnerabilidade externa e da crise cambial brasileira, que é, precisamente, a abertura para o Exterior. O novo acordo assinado no início de março é ainda pior do que o primeiro, visto que ele envolve inconsistências. Outra estratégia foi alterar a política cambial mudando os presidentes dos bancos centrais. Segundo Afonso Celso Pastore (1999):

No último dia de janeiro, diante do sério risco de perder o controle do processo inflacionário, com conflitos internos na equipe econômica e em meio a desavenças entre o presidente do Banco Central e a missão do FMI, o presidente da República demitiu o presidente do Banco Central, nomeando Armínio Fraga como substituto. Por um período de cerca de 40 dias, o Brasil, em meio a uma crise cambial verdadeiramente dramática, ficou na situação bizarra de ter simultaneamente quatro presidentes do Banco Central: Gustavo Franco, que saíra em 13 de janeiro, mas que ainda não tinha passado formalmente o cargo ao seu sucessor; Francisco Lopes, aprovado pelo Senado, mas demitido antes da cerimônia formal de transmissão de cargo; o Diretor da Área Externa, que passou a acumular interinamente a Presidência e o novo presidente, Armínio Fraga, que só poderia assumir depois de sabatinado pelo Senado e que só foi efetivado no cargo em março. Duas trocas de comando da máxima autoridade monetária em 20 dias, falta de presidente do Banco Central no exercício do cargo e ausência de diretores do Banco Central, pois os novos ainda não tinham sequer sido indicados: é difícil pensar em circunstâncias piores para implementar uma mudança de regime cambial (PASTORE 1999, p.34).

No bojo das mudanças, também, estão os processos de privatização iniciados em 1995. Falando apenas das privatizações do sistema bancário estatal, a implantação do PROES, em agosto de 1996, que consistia privatização, liquidação ou modificação do papel dos bancos públicos, que eram 35 instituições, treze foram privatizadas, dez foram extintas e doze se transformaram em órgãos de fomento. Isso ajudou o Brasil a ter condições de vencer a Crise de 1999, como afirma Giambiagi (1999):

A importância da participação estrangeira no sistema financeiro é relacionada principalmente a melhorias na qualidade dos serviços, transferência de tecnologia, redução do spread (embora resultados melhores ainda sejam esperados), eficiência

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

operacional, melhor capacidade para absorver turbulências macroeconômicas e mais facilidade para proteger o sistema da volatilidade da taxa de câmbio (GIAMBIAGI, 1999 p.24).

Uma vez tendo capital estrangeiro, a instituição bancária também pode contar como a ajuda da matriz para enfrentar as turbulências do mercado. Mas, o governo foi também ágil no sentido de provocar outras mudanças de ordem legislativa para garantir as metas do FMI, dentre elas estão: a criação do programa PROER, com o objetivo de garantir a liquidez e a solvência do sistema; e a criação do programa PROES, com o objetivo de fortalecer o sistema financeiro público em nível estadual.

O cambio flexível não foi bom negócio para o Brasil, que teve taxas efetivas de juros beirando os 38% mensais e com redução gradativa. Mas, as ações realizadas em 1999, permitiram uma saída traumática mais viável da crise.

Hoje em plena crise financeira de ordem mundial, o governo alardeia para todos os lados que a crise do Brasil é “uma marolinha”. Mesmo sendo, às vezes exageradamente criticado, o termo reflete em parte a análise do governo sobre proporção da crise na terra “brasilis” em comparação com as outras crises já enfrentadas. Na verdade, apesar de nossas posições políticas e ideológicas, percebe-se que estamos mais preparados agora para as turbulências do mercado. Mas, é claro que isso, também, se deve a um sofrimento de proporções dantescas, tanto das classes mais empobrecidas quanto da classe média brasileira.

4. A CRISE ECONÔMICA ATUAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

De acordo com o NBER (Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, na sigla em inglês), a crise teria se iniciado com um processo, dentro do qual em 2001 a economia americana já estava em recessão, com o estouro da bolha das empresas *pontocom*. O FED (Banco Central americano) deu início então uma sequência de cortes de juros até chegar a taxa de 01% ao ano, onde permaneceu entre junho de 2003 a junho de 2004. Este estímulo à economia, além de produzir um aumento no consumo e na circulação de crédito, atingiu o setor imobiliário americano em cheio.

Com o “boom” do mercado imobiliário, devido aos baixos juros, as companhias hipotecárias passaram a explorar o segmento do mercado *subprime* – segmento de clientes com risco maior, compensados com taxa de retorno mais altas.

Serrano (2008) descreve o surto especulativo como um processo, no qual a redução da taxa de juros do Banco Central americano afetou as taxas de diversos prazos, incluindo as hipotecas, o conseqüente aumento dos preços de demanda dos imóveis existentes fez aumentar mais ainda a concessão de novos empréstimos para novas construções. A alta dos preços que se verificou, levou à expectativa de

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

continuação dessa alta. O que leva os financiadores a expandir a oferta de crédito imobiliário em condições mais fáceis, e que realimenta o ciclo, incluindo clientes com maior risco e valorizando mais ainda os imóveis usados como colateral, que gera novos empréstimos e assim o mercado fica cada vez mais exposto aos efeitos de uma queda dos preços dos imóveis.

A comercialização desses papéis de dívidas hipotecárias para gestores de fundos e de bancos, permitiu que as hipotecas fossem refinanciadas aos proprietários que tinham seus imóveis novamente valorizados, mesmo antes que o financiamento anterior tivesse sido pago. O alto retorno desses títulos fez com que eles fossem facilmente comercializados para outros investidores, gerando uma cadeia de venda dos títulos.

Esse processo de valorização dos imóveis atinge em 2006 certo nível de saturação, quando os preços e os estoques de casas já se encontravam alto e a taxa de juros ascendente chegava a 5,25%. A consequente correção nos contratos de hipotecas aumentou o valor das prestações e ocorreu um aumento da inadimplência.

O problema chega rapidamente às instituições financeiras envolvidas na transação de compra de títulos *subprime* e revenda de derivativo deles, pois quando o tomador do crédito não consegue pagar sua dívida inicial, o ciclo de não recebimento se espalha rapidamente pelo mercado, gerando desconfiança e medo de emprestar e comprar os títulos, que provoca uma retração do crédito ou crise de liquidez, como esse fenômeno é chamado.

A crise se alastra das empresas hipotecárias para os bancos. A quebra do Lehman Brothers em setembro de 2008, foi seguida por outros que sofreram grandes perdas. Essas perdas levaram o Citigroup a executar uma reestruturação, fechando 2008 com 18, 72 bilhões de prejuízo. O Bank of America lucrou em 2008 73, 23 % a menos que em 2007.

A crise que se originou no mercado imobiliário e se expandiu contaminando outras esferas da economia, levando o PIB americano a cair 3,8% no último trimestre de 2008, seu pior desempenho desde 1982, quando o PIB caiu 6%.

A reação do governo americano para enfrentar a crise e a recessão se deu com a apresentação, em outubro de 2008, de um pacote de US\$ 700 bilhões para ajudar bancos afetados pela crise dos derivativos do *subprime*, posteriormente ampliado para outras instituições financeiras e até montadoras de automóveis.

O setor automobilístico foi um dos setores gravemente afetados pela crise do crédito e a General Motors e a Chrysler precisaram de ajuda governamental, recebendo em um primeiro instante um pacote de US\$ 17 bilhões em outubro de 2008.

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

4.1. A GUERRA FINANCEIRA E A DESREGULAMENTAÇÃO

As causas da crise e a sua singularidade, ou não, em relação às outras crises são assunto de intensos debates no meio acadêmico. Para alguns, ela é mais uma crise cíclica do sistema, resultado das contradições do modo de produção capitalista. Para outros, ela representa um novo fenômeno e resulta da *financeirização* (PALACIO; LARA; MORA, 2008) da economia a partir do rompimento do padrão ouro e do advento das novas técnicas informacionais computadorizadas na economia do século XX.

Segundo Serrano (2008), o principal fator por trás da bolha imobiliária não parece ter sido a taxa de juros e sim a desregulamentação financeira ocorrida com a extinção da antiga lei de Glass-Steagall em 1999 no governo Clinton. Isso permitiu a expansão sem precedentes da securitização de empréstimos imobiliários, gerando a onda especulativa num ambiente de pouca supervisão governamental.

A comercialização neste cenário desregulamentado permitiu a venda fácil desses papéis, através do empacotamento deles em instrumentos financeiros complexos, que combinavam frações de empréstimos de alto risco com papéis mais seguros. Através de uma argumentação estatística afirmava-se que estes pacotes tinham baixo risco e que em eventual cenário desfavorável seriam recomprados pelos bancos originários. As agências de classificação de risco endossaram essas afirmações e foi isso que fez com que governos, outros bancos, fundos de pensão, fundações, indivíduos, etc. em diversos países comprassem esses pacotes.

A quebra deira que se sucede com o estouro da crise, resulta de uma *guerra financeira* aberta e encoberta das instituições financeiras americanas com os dez maiores gigantes financeiros envolvidos no surto especulativo sendo detentores de 80% do capital bancário envolvido.

No final de setembro de 2008 houve uma inversão entre os maiores bancos americanos e o até então segundo maior banco, o JP Morgan Chase passa o Citigroup, antigo primeiro colocado, e assume a liderança, saindo como maior beneficiado da crise.

4.2. CRISE E CICLOS

A para alguns autores marxistas, a ciclicidade desta crise seria explicada pelos ciclos de Kondratieff. Estes ciclos ocorreriam em intervalos de quarenta a sessenta anos, consistindo em períodos alternados de crescimento e de desaceleração. A partir da revolução industrial ter-se-ia registrado então quatro ciclos com o último se encerrando por volta de 1960-68. De acordo com essa teoria, a época atual estaria inserida no quinto ciclo.

O economista Jorge Beinstein (2009) critica essa tese, argumentando que estamos em um momento de incerteza, pois todos os precedentes capitalistas desta crise se demonstrariam imprestáveis para entendê-la. Para ele, o

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

ressurgimento de diversas teorias antigas vem se mostrando inúteis, como a revalorização das idéias de Keynes, pois “o mercado não se autor-regula, mas tão pouco aceita ser regulado”.

Beinstein (2009) argumenta haver uma crise geral da civilização burguesa, a partir da convergência de várias crises (energética, alimentar, tecnológica, ambiental, militar-industrial etc.), como aspectos de uma crise sistêmica, do capitalismo como história da humanidade.

A tese principal de Beinstein (2009) consiste na idéia de que entramos na *fase senil do capitalismo*, portanto não haveria crise cíclica, mas sim uma fase final do ciclo capitalista como um todo. São cinco argumentos que sustentam essa tese:

1. A globalização como aburguesamento do mundo e a hegemonia parasitária do capital financeiro;
2. A hipertrofia financeira global e a desaceleração a longo prazo da economia mundial com uma cultura curto-prazista e depredadora como núcleo central da modernidade;
3. O bloqueio tecnológico, que não permite o sistema aumentar a produção no ritmo que permita satisfazer as necessidades humanas crescentes;
4. A degradação estatal-militar que controlou as crises do século XX e desenvolveu como espinha dorsal de seu sistema um keynesianismo militar, resultando em uma hipertrofia bélica, como fator decisivo para os déficits fiscais e a corrupção do estado;
5. A crise urbana da era neoliberal.

Portanto, do seu ponto de vista não há motivo para esperar um quinto Kondratieff, um novo keynesianismo, o renascimento do Império ou até de um novo império capitalista na forma de uma aliança mundial com um novo centro do mundo burguês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os processos e os pensamentos expostos acima é possível concluir que há mais incertezas do que antes, pois se a possibilidade de que grupos que atuam no mercado financeiro ganhem cada vez mais poder e passam a poder articular ataques especulativos de proporções gigantescas contra países e outros grupos financeiros e no final das contas recebem somas estratosféricas de ajuda governamental (privatização de riqueza coletiva) fique comprovada, então estamos realmente frente a uma fase terminal desse sistema, pois significaria que um enorme aparato jurídico e institucional tomou de refém a maior parte da população mundial, via controle dos bens vitais e agora promove a sua expropriação sistemática e cada vez mais agressiva, o que sugere realmente a idéia de colapso da estrutura como um todo.

Cleilton Sampaio de Farias
 Elverenice Vieira da Silva
 José Julio César N. Araújo
 Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

Outras visões que tentam enquadrar esses novos fatos dentro de um padrão de normalidade parecem frágeis demais para dar conta da nova forma do fenômeno. Em face à característica revolucionária do sistema capitalista em todas as suas fases podemos ter uma certeza na incerteza, mudanças se anunciam através do rompimento e restabelecimento de um novo universo de relações onde as formas conhecidas perdem contornos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva; FRITSCH, Winston. As lições da história: 1929-33 e 1979-78. In: ARIDA, Pérsio. (org). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. (Coleção Estudos brasileiros; v.64).
- ARBEX JÚNIOR, José. **A outra América: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos**. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção polêmica).
- BACHA, Edmar e WELCH, John. **Privatização e financiamento no Brasil, 1997-99**, José Olympio Editora, 1997.
- BEINSTEIN, J. **“A crise na era senil do capitalismo”** El Viejo Topo, Barcelona, nº 253, Fevereiro 2009.
- CASTELLS, Manoel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. (p.25-26).
- COUTINHO, Luciano G, BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929 – 1974. In. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. V. 1. 4ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998. p. 14 – 25.
- FIORE, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas – teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- GUIMARÃES, Juarez. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 15-32.
- MANTEGA, G.&Moraes, M. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MELLO, João Manuel Cardoso de, BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Reflexões sobre a crise atual. In. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. V. 1. 4ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.
- MUÑOZ, V.H., SANCHEZ, M.A.L., E ZABADÚA, H.M.M. **Elementos para entender la crisis mundial actual**. Sindicato Mexicano de Eletricistas, México, 2008.
- OHLWEILER, Otto Alcides. **A crise da economia mundial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (série Novas Perspectivas).
- PRADO, Antonio. **Memórias de crises e o colapso do mercado autorregulado**. 16/03/2009.

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. **A crise do modelo de produção taylorista/fordista e a emergência do toyotismo.** Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/marc.>> acesso em 02/05/2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10ª. ed. rio de janeiro: Record, 2003. P. 174.

SERRANO, Franklin “Economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000” In: FIORI, José Luis(org.) “**O mito do colapso do poder americano**” Rio de Janeiro, Record, 2008.

SUNKEL, Osvaldo. **A crise da América Latina: Dívida externa e empobrecimento.** (Tradução – Sônia Tomazin e Sueli Tomazin Cassal). Porto Alegre: Editora LPM, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição, BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização. In. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.** V. 1. 4ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

Sites da Internet:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498060.shtml> acessado em 29.04.2009

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u562429.shtml> acessado em 05.05.2009

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u454748.shtml> acessado em 29.04.2009

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u562429.shtml> acessado em 03.05.2009

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u562049.shtml> acessado em 03.05.2009

Cleilton Sampaio de Farias
Elverenice Vieira da Silva
José Julio César N. Araújo
Maria E. Sampaio de Farias

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A CRISE ATUAL

ESTIMATED THEORETICIANS TO UNDERSTAND THE CRISIS CURRENT

ABSTRACT: This paper seeks to understand the crisis of capitalism that is spreading across the world economies start of this century, taking into account characteristics that are similar to the crises of the twentieth-century capitalism. Throughout the text, we will make a statement of the reasons that led to the outbreak of the crisis in the 30 and 70 of the twentieth century, respectively. In our understanding, based on Marxist theory, it sets off an economic crisis at the time that the declining rate of profit can no longer be bridled at the rate of surplus value prevailing. Intrinsic strong force that tend to raise the organic composition of capital, ending the downward trend for the rate of profit. In other words, is by addressing the crises of their likely causes, consequences and actions to combat it, we will seek grants to understand the current crisis - 2008.

KEY WORDS: State, Crisis, Capitalism

Recebido em 04 de agosto de 2009; aprovado em 12 de setembro de 2009.